

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**EDITAL Nº 23/2020-5ª/SR – LEI nº 13.303/2016**

Recorrente: AC2 ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.751.005/0001-00.

Recorrida: Comissão Técnica de Julgamento (Det. nº 216/2020).

Contrarrazão: METAL INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 18.729.404/0001-86.

1. Objetivo.

Receber, conhecer e julgar o recurso administrativo interposto pela licitante **AC2 ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.751.005/0001-00**, em 29/01/2021, contra ato em que habilitou, na fase de habilitação, a licitante METAL INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 18.729.404/0001-86, por ocasião da Licitação na Forma Eletrônica Edital nº 23/2020, cujo objeto é a execução das obras e serviços de Esgotamento Sanitário, na sede do município de Jequiá da Praia-AL, localizado no estado de Alagoas.

2. Histórico.

Em 22 de dezembro de 2020, às 10:00h foi aberta a sessão pública da licitação na forma eletrônica nº 23/2020-5ª/SR, regida pela Lei nº 13.303/2016.

Após o item encerrado, abriu a fase de lances para desempate ME/EPP e a empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 02.339.308/0001-91, ofereceu lance e se classificou em primeiro lugar, com desconto de 25,2100% e valor global de R\$ 18.366.491,7405.

Em 24 de dezembro 2020, após a convocação da empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA. foi aceita a proposta, bem como habilitada.

Em 24 de dezembro de 2020, após o ato de habilitação da empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA. a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 18.729.404/0001-86, também participante desta licitação manifestou, sua intenção em apresentar recurso, referente a fase habilitação.

Em 28 de dezembro de 2020, a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA. encaminhou o recurso

Em 11/01/2021, a empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA. apresentou contrarrazão.

Em 18/01/2021, a comissão julgou procedente o recurso.

Em 19/01/2021, o presidente da comissão voltou as fases de julgamento/habilitação/intenção de recurso em ata complementar.

Em 20/01/2021, foi aberta a sessão de volta as fases com a inabilitação da empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA e convocação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA para apresentação da proposta financeira.

Em 22/01/2021, a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, teve sua proposta aceita e habilitada.

Houve o registro de intenção de recurso pelas empresas AC2 ENGENHARIA LTDA e GPS EMPREENDIMENTOS LTDA., e, de forma automática no sistema, foram consignadas as seguintes datas para a fase de recursos:

- Apresentação de Recursos – até 29 de janeiro de 2021;
- Apresentação de Contrarrazões – até 05 de fevereiro de 2021; e
- Resposta aos Recursos – até 12 de fevereiro de 2021.

Assim, de forma tempestiva a empresa AC2 ENGENHARIA LTDA. registrou seu recurso no sistema em 29/01/2021 e a licitante METAL INFRAESTRUTURA LTDA, registrou sua Contrarrazão no sistema em 05/02/2021.

2.1. Alegações em Recurso.

Transcreve-se, a seguir, os trechos que melhor expõem o teor do recurso apresentado pela AC2 ENGENHARIA LTDA.

“ [...]

3.1. DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO VÍNCULO COM O ENGENHEIRO MECÂNICO FELIPE HERBET VANDERLEY DA SILVA.

Não obstante as regulares exigências editalícias ao observarmos a documentação apresentada pela licitante METAL INFRAESTRUTURA LTDA, constata-se que a mesma não apresenta a documentação exigida para a habilitação técnica, e, portanto, encontra-se em situação irregular não podendo ter sido habilitada pela Comissão.

Analizando o acervo técnico a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA não promoveu o atendimento da comprovação de vínculo do responsável técnico no sentido de demonstrar que o mesmo pertencente ao quadro permanente da empresa, conforme determinações do edital no item 8 alínea “d” do Termo de Referência....

Em análise dos documentos de habilitação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA verifica-se apenas a demonstração de vínculo funcional ou empregatício com os profissionais RICARDO DE SOUZA DELGADO e DAVID PORFIRIO PEREIRA DA SILVA através de um contrato de prestação de serviço firmado entre as partes.

No que tange a essa comprovação de vínculo, necessário se faz destacar que o mesmo se refere ao atendimento as disposições editalícias, onde a forma simples de demonstração de vínculo através de contrato de prestação de serviços se revelaria suficiente para o seu atendimento, no entanto, no presente caso sequer foi apresentada a do Sr. Engenheiro, FELIPE HERBET VANDERLEY DA SILVA, situação esta que torna flagrante o descumprimento aos ditames do edital.

Observa-se claramente a obrigatoriedade de comprovação de vínculo funcional ou empregatício descrita no item 8 alínea “d” do Termo de Referência,

o que não foi apresentado pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA. Diante disso, emerge-nos a referida irregularidade na ausência de indicação de responsabilidade técnica com o vínculo funcional.

Na situação exposta, não tendo no momento oportuno, apresentado o vínculo de seu responsável técnico, não cabe apresentar em outra oportunidade, uma vez que o § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/1993, deixa patente a impossibilidade de se incluir documentos em momento posterior à fase apropriada.

.....

3.2. DA APRESENTAÇÃO DE CAT Nº 685703/2019 ADULTERADA PELA EMPRESA METAL INFRAESTRUTURA LTDA.

...

O que esta Recorrente vem demonstrar é o fato e que a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA não atende as exigências editalícias quanto a qualificação técnica através do item 12.1.3.1. do Edital e 8.1.1. alínea “c” do Termo de Referência. Em consequência dos documentos apresentados para satisfazer a qualificação técnica, cumpre trazer a lume em especial a CAT COM REGISTRO DE ATESTADO Nº 685703/2019 (Atividade concluída) relativa ao Acervo Técnico do profissional DAVID PORFIRIO PEREIRA DA SILVA, referente ao Contrato nº 144/2017, celebrado entre a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA e a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL.

É oportuno consignar que em razão de informações constantes no ANEXO I do Atestado Registrado no CREA, esta RECORRENTE solicitou a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL cópia na íntegra do Termo de Contrato nº 144/2017, visando dirimir toda e quaisquer dúvidas quanto a veracidade do acervo demonstrado. Nessa linha, ao compulsar o referido instrumento não pairam dúvidas quanto a discrepância dos serviços pactuados no Contrato nº 144/2017 – CASAL, o que ora demonstramos no arquivo em anexo, o qual contém todos os serviços realizados em sua planilha orçamentária situado no Anexo I do documento.

Em visualização do anexo I arquivado junto à CASAL, referente ao contrato nº 144/2017, vê-se que o anexo I apresentado neste certame e supostamente vinculado ao contrato nº 144/2017, não condiz com a realidade, pois contém informações sobre prestação de serviços não contemplados no referido contrato, bem como em quantidades superiores às efetivamente realizadas, com o intuito, único e exclusivo, de atender aos requisitos de habilitação.

A divergência é gritante e perceptível em simples comparação dos anexos nomeados como “anexo I”.

.....



3.3. DO NÃO ATENDIMENTO AOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA INDICADOS NO ITEM 8.1.1. ALÍNEA “C” DO TERMO DE REFERÊNCIA.

.....

Através de análise perfunctória do acervo técnico apresentado pela Recorrida, é forçoso constatar os seguintes pontos:

- i. A empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou 24.558m³ de rebaixamento de lençol freático e não tem NENHUM metro cúbico pois na região do alto sertão de Alagoas o lençol freático encontra-se abaixo de 50 metros de profundidade;
- ii. Para comprovação do item "concreto armado" a Metal condicionou o item "armação" e isso não é permitido pelo edital, como também, todas as quantidades de ferragens apresentada estão visivelmente adulteradas para mais;
- iii. A empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou na CAT Nº 685703/2019, 151,36 m³ de concreto armado e não tem NENHUM metro cúbico de concreto executado pois o contrato não previa, nem tão pouco executado os dois TAU'S (Tanque de amortecimento unidirecional) apresentados;
- iv. No item 11.1 da CAT Nº 686617/2019 (rede de distribuição), a METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou 13.445 metros de rede e escavou 36.735 m³, o que dá uma profundidade de vala para colocação de rede de 4,00 metros de profundidade;
- v. No item 11.1.2.5 da CAT Nº 686617/2019 (rede de distribuição), a METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou lastro de vala de 8.560 m³ o que dá uma camada de 0,85 metros;
- vi. na CAT Nº 686617/2019, a METAL INFRAESTRUTURA LTDA considerou o volume de concreto relacionado com a ferragem necessária o que não é permitido pelo edital porém seria aceitável desde que a taxa de ferro fosse de aproximadamente 100kg de ferro por metro cúbico de concreto;
- vii. a METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou 420 m³ de concreto (item 10.1.3.2) e apresentou 104.925kg de ferro o que dá uma taxa de 250 kg de ferro por metro cúbico, o que não totaliza o exigido no edital.

.....

3.4. DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 12.1.4., ALÍNEA “C” DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

.....

O que verificamos no caso em epígrafe foi a ausência de todos os documentos relativos ao balanço patrimonial pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, no sentido de atender aos ditames da Lei, a qual versa sobre como deve ser a demonstração dessa qualificação econômico financeira em especial quanto as sociedades limitadas.

Nesse embalo em sendo a Recorrida, uma sociedade limitada, necessário se faz a apresentação da Demonstração de Lucros ou



Prejuízos Acumulados – DLPA, a qual configura ações de reinvestimento do capital, ou melhor, do lucro líquido a partir da integração com o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), esclarecendo, por meio de relatórios e notas explicativas, a situação patrimonial e os resultados da empresa.

Sobre a DLPA, esclarecemos que ela tem como principal objetivo evidenciar a distribuição do resultado do exercício. Enquanto na DRE o objetivo é apurar o lucro, na DLPA temos a apresentação da destinação do lucro, isto é, de que forma o lucro líquido (aquele apurado na DRE) é aplicado.

A estrutura da DLPA está interligada com essa destinação dos lucros, tanto a saída de recursos da conta Lucros Acumulados, advindas do lucro líquido para as reservas de lucro, como também a reversão de reservas, que nada mais é do que o retorno da reserva constituída para a conta Lucros Acumulados. Desse modo, vale o lembrete de que a DLPA evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Notemos de modo claro que DLPA (Demonstração de Lucros e Perdas acumulados) deverá compor as demonstrações contábeis, indubitavelmente, e este documento deverá obrigatoriamente estar registrado na Junta Comercial da sede da licitante. Nestes termos, está comprovado e não há dúvidas quanto a legalidade da exigência editalícia, é forçoso concluir que o cumprimento ao mandamento editalício é imperioso, sob pena de inabilitação, que é o caso, uma vez que a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA deixou de apresentar no certame em testilha.

Ademais, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados visa fornecer informações aos usuários de uma forma analítica da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados que se encontra no Patrimônio Líquido, evidenciando num determinado período de tempo as mutações no resultado. Essa demonstração é obrigatória de acordo com o artigo 186, § 2º da Lei 6.404/76, que citamos: "demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante ao dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia." Nesse contexto, enfatizamos a incompletude dos documentos apresentados pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, tendo em vista que a DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (Decreto nº9.580/2018), o que não foi demonstrado pela empresa no procedimento RDC 023/2020, o que a torna inabilitada para o certame.

3.5. DA IMPRESCINDIBILIDADE DE UM CERTAME PAUTADO NA LEGALIDADE E NA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Em sendo a licitação um procedimento vinculado, o qual fixa suas regras, compete ao administrador observá-las com pleno rigor, razão pela qual



não poderá a Ilma. Comissão adotar conduta diversa a não ser a de se ater às exigências indicadas naquele instrumento, garantindo o fiel cumprimento dos princípios básicos e correlatos da licitação, destacando-se dentre eles o da legalidade, moralidade, da vinculação do instrumento convocatório e do julgamento objetivo.”

2.2. Alegação em Contrarrazão.

Transcreve-se, a seguir, os trechos que melhor expõem o teor da contrarrazão apresentada pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA.

“ [...]

A AC2 argumenta que não foi comprovado vínculo com o Engenheiro Mecânico Felipe Herbert Vanderley da Silva, por não ter sido apresentado o contrato de prestação de serviços entre o profissional e a empresa baseando-se no item 8 alínea “d” do Termo de Referência.

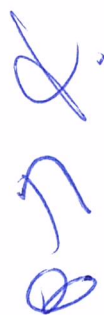
Porém, claramente é comprovado o seu vínculo como responsável técnico da empresa visto que na Certidão do CREA da Metal Infraestrutura Ltda, encaminhada junto a documentação de habilitação técnica, consta o nome do Engenheiro Mecânico Felipe Herbert Vanderley da Silva junto aos Engenheiros Cíveis Ricardo de Souza Delgado e David Porfirio Pereira da Silva na lista dos responsáveis técnicos da empresa.

Ademais, o fato de o nome do referido Engenheiro Mecânico ser indicado como responsável técnico no certame, aparece meramente como demonstração da plena capacidade técnica da RECORRIDA e em nada interfere na habilitação da empresa, visto que, não só não há a exigência desse tipo profissional no referido edital, como pelo fato de todas as Certidões de Acervo Técnico apresentadas pela empresa estarem em nome do profissional David Porfirio Pereira da Silva.

Portanto, ainda que que a R. Comissão deseje desconsiderar o nome do Engenheiro Mecânico Felipe Herbert Vanderley da Silva do rol de responsáveis técnicos da empresa RECORRIDA no certame, a METAL INFRAESTRUTURA LTDA ainda contaria com todos os requisitos para a sua plena habilitação no pleito.

DAS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO

A METAL INFRAESTRUTURA LTDA, vencedora do certame em epígrafe, encaminhou tempestivamente as CAT's que foram formalmente expedidas pelo CREA-AL dentro das normas vigentes, junto a toda documentação habilitatória estritamente de acordo com as exigências do subitem 8.1.1 alínea “c” do Termo de Referência que é parte integrante do Edital.



A alegação de inconformidades, incoerências e mesmo desesperadas ilações a respeito da legalidade da referida CAT não se sustenta, pois, todas as CAT's enviadas pela licitante vencedora se encontram devidamente registradas no CREA, em pleno acordo com a legislação vigente e com a comprovação de todos os quantitativos exigidos no subitem 8.1.1 alínea "c" do TR demonstrados detalhadamente em Resumo encaminhado junto a documentação de habilitação.

Em relação a CAT autorizada pela CASAL sob o Nº 685703/2019, que se encontra devidamente registrada pelo CREA, se encontra devidamente assinada pelo Eng. Fiscal da obra o que atesta sem margem para dúvidas que seus serviços foram realizados em sua plenitude pela RECORRIDA.

Tanto é verdade que o próprio Engenheiro responsável pelo contrato o Dr. Luiz Emanuel de França Costa, CREA nº 020.077.214-7 encaminhou resposta (encaminhada em anexo) por solicitação desta RECORRIDA onde ratifica categoricamente que a referida CAT e seus serviços foram devidamente realizados em sua plenitude pela METAL.




Desta forma, não resta dúvidas de que a CAT Nº 685703/2019, não sofreu quaisquer alterações e que seus serviços foram realizados de forma integral pela RECORRIDA, portanto não há que se falar em nulidade da mesma.

Adentrando na CAT emitida sob a anuência da própria CODEVASF sob o Nº 686617/2019, é claro e notório de que se trata de uma CAT válida, onde foram executados todos os serviços nela contidos em sua plenitude pela RECORRIDA conforme o contrato vigente. O atesto dessa lide pode ser evidenciado pela própria CODEVASF.

Desta forma, resta comprovado que todas as CAT's encaminhadas pela RECORRIDA no certa 023/2020 são verídicas e válidas, então não há que se falar em inabilitação da METAL por essa razão, visto que as referidas CAT's atendem perfeitamente o item 8.1 do Edital conforme pode ser verificado em resumo encaminhado junto à toda documentação habilitatória da RECORRIDA.

DO BALANÇO FINANCEIRO

A RECORRENTE alega em seu recurso "a ausência de todos os documentos relativos ao balanço patrimonial pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA", afirmando que a RECORRIDA não teria encaminhado a documentação exigida para sua habilitação econômicofinanceira.


7 

Ora, é cristalino, na observância da documentação encaminhada pela METAL INFRAESTRUTURA LTDA, que TODOS os documentos exigidos no item supra que são necessários para a comprovação da saúde financeira da RECORRIDA foram devidamente encaminhados em pleno acordo com o que versa o Edital.

Desta forma, a R. Comissão, ao avaliar a documentação encaminhada pela METAL, acertadamente decidiu pela habilitação da RECORRIDA não fazendo nenhuma ressalva ou diligência neste sentido.”

3. Fundamentação.

3.1. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, RESPONSÁVEL TÉCNICO

O responsável técnico é aquele ao qual a CAT está ligada, neste caso, as CAT's apresentadas pela METAL INFRAESTRUTURA LTDA, possuem um responsável técnico com vínculo comprovado através de contrato de trabalho.

3.2. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

A Contrarrazão alicerça-se basicamente na alegação de que as CAT's apresentadas se encontram devidamente registradas no CREA e que, inclusive, apresenta e-mail do eng. Luiz Emanuel de França Costa, ratificando que a referida CAT nº 685703/19 é válida.

Vê-se que a recorrida perdeu a oportunidade de contrarrazoar consistentemente e detalhadamente todas as alegações da recorrente, no momento atribuído pela lei e pelo edital, visto que as alegações estão a indicar registros de serviços não executados efetivamente.

Em diligência, a comissão de julgamento solicitou, através do e-mail ASLIC.CASAL@GMAIL.COM, à Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), cópia do contrato nº 144/2017 e seus anexos.

A CASAL encaminhou através da Assessoria de Licitações e Contratos (ASLIC) na pessoa de Dayselanea Correia, cópia do instrumento de contrato conforme solicitado. No entanto, a planilha anexa apresenta divergência em 235 itens, dentre os quais, “Ligação Predial/domiciliar de Esgoto/Água” e “Rebaixamento de vala (lençol freático)”. Os itens definidos no edital como sendo de relevância e valor significativo da obra no anexo II – TR, item 8, não estão contemplados nesta planilha orçamentaria fornecida pela CASAL.

Ademais, em visita ao site da CASAL, vê-se que o Edital - CONCORRÊNCIA Nº 08/2017– CASAL, a planilha orçamentaria publicada é igual à apresentada pela ASLIC da CASAL, em diligência, e pela recorrente.

A especificidade das informações nos documentos enviados pela ASLIC, que é a unidade que trata licitações e contratos, bem como a particularidade de conhecimento e dos arquivos e dados referentes à correspondente contratação,



impõem merecer voto de veracidade sobre a planilha em questão, e deve suplantar uma simples declaração de ratificação da referida CAT, sem adentrar aos detalhes merecedores de análise.

Em razão dos registros e informações colhidos em diligência junto à unidade ASLIC bem como à página da CASAL na internet, somada à falta de detalhe consistente na contrarrazão do recurso já citado anteriormente, a comissão acata os argumentos da recorrente.

3.3. Qualificação Econômica Financeira

O instrumento convocatório subitem 12.1.4, alínea c, exige balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, na forma da lei. A subalínea c.1.2, pressupõe que o balanço e as demonstrações contábeis atendem a lei, tratando-se de sociedade limitada, quando apresentado por fotocópia do livro diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticados na junta comercial na sede e domicílio da licitante.

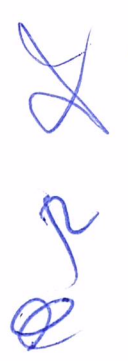
A recorrida apresentara balanço patrimonial com os termos de abertura e de encerramento, como também, a demonstração de resultado do exercício. A lei 6.404/76, não exige, para sociedade limitada, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA. Assim não há razão para que essa comissão, nesta oportunidade, efetue tal exigência, se a lei não faz. Aliás, o edital não especifica quais demonstrações contábeis devem ser apresentadas, justamente, por haver especificidades para determinadas formas de sociedades empresariais na forma da lei.

Analisando o balanço e a demonstração de resultado do exercício, conclui-se com razoável segurança a boa situação financeira da recorrida, pois apresenta lucro líquido considerável e os índices econômicos exigidos no edital, com valores bem superiores a 1. Bem assim, indica a destinação dos lucros (participação e o lucro líquido por ação).

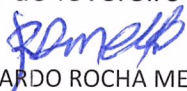
Portanto a demonstração de resultado do exercício e o balanço patrimonial são suficientes para o objetivo a que se propõe a exigência na qualificação econômica financeira, qual seja, a higidez econômica da licitante. Assim, esta comissão julgadora não acata as alegações, nem o pedido da recorrente neste ponto.

4. Decisão.

Por todo o exposto, esta Comissão Técnica de Julgamento, recebe e conhece o recurso administrativo interposto, visto que atende aos pressupostos de admissibilidade, para julgá-lo procedente, e declarar inabilitada a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, em razão do descumprimento do subitem 8.1.1, alínea c, do termo de referência, anexo II, do edital.



Penedo/AL, 10 de fevereiro de 2021.



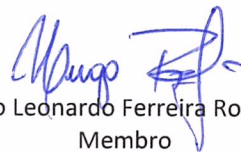
JORGE RICARDO ROCHA MELO

Presidente Comissão – Determinação 216 de 10/12/2020



ALICIA REGINA TEIXEIRA BUSH

Membro



Hugo Leonardo Ferreira Rocha

Membro